**PROCESSO**: **n º** 4701 - 0172/2017

**INTERESSADO:** Santa Casa de Misericórdia de Maceió

**Assunto:** Pagamento de Atendimento Hospitalar.

Trata-se de **Processo Administrativo nº 4701 – 0172/2017**, em 01 (um) volume, com 09 (nove) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento ao Hospital Conveniado, **Santa Casa de Misericórdia de Maceió**, no valor de R$2.086,49 (dois mil, oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos), referente à prestação de serviços hospitalares.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

A análise dos autos nº 4701-0172/2017, restringiu-se a instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Assessora Técnica da Superintendência de Auditagem (fls. 09).

2.1. Constata-se uma planilha com dados gerais do atendimento do Conveniado, solicitando a liberação do empenho, de lavra da Coordenadoria de Faturamento, numa página com dois carimbos, **sem o devido preenchimento, no que diz respeito aos dados do processo e numeração de folhas.**

2.2. Observa-se que foi acostado o relatório de remessa por atendimento realizado (fls. 03).

2.3. Ás fls. 04 foi acostado o relatório de auditoria, de lavra do Auditor Técnico Administrativo, Braulio Leite Neto.

2.4. Conclusão pela possibilidade de pagamento (fls. 06).

2.5. Observa-se a falta de resposta da Gerencia Executiva de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, para o Despacho da Diretoria da Presidência feita às fls. 06.

2.6. Verifica-se informações sobre a existência de dotação orçamentária, mas sem a conta específica para a alocação da despesa.

2.7. Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17 (fls. 07).

2.8. Observa-se, que a despesa não encontra-se em conformidade com os Artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

2.9. Constata-se, que não foram acostadas as certidões de regularidade fiscal.

2.10. Não observado a cópia do Convênio celebrado com o Hospital em tela.

2.11. Observa-se que não encontra-se anexada aos autos a nota fiscal de prestação dos serviços.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja informada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.
2. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$2.086,49 (dois mil, oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos).
3. **CONVÊNIO** – Anexar aos autos, cópia da celebração do convênio, quando do pagamento.
4. **DO DOCUMENTO FISCAL** – Que seja emitida a devida Nota fiscal da prestação dos serviços, quando da emissão da Nota de Empenho e que seja **“atestada”** pelo Gestor do Contrato.
5. **DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.
6. **PREENCHIMENTO DE CARIMBO** – Preencher os carimbos colocados na folha inicial do processo.

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“a”** a **“f”**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento ao Hospital **Santa Casa de Misericórdia de Maceió**, no valor de R$ R$2.086,49 (dois mil, oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

Maceió, 02 de maio de 2017.

Flávio André Cavalcanti silva

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 109-0**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**